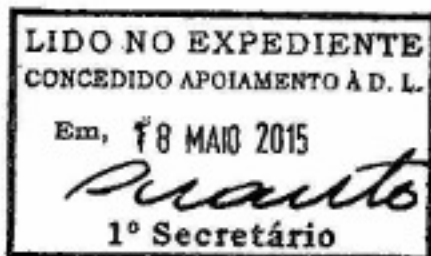




Projeto de Resolução nº 23/2015

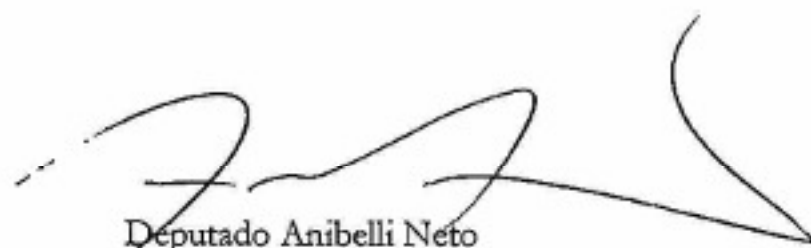


Aprovação do Relatório Final da Comissão Especial para discutir a Reforma Política no Brasil.


**Art. 1º** Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para discutir a Reforma Política, constituída pelo Ato do Presidente nº 6/2015, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 819, de 9 de março de 2015, suas conclusões e encaminhamentos.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2015.



Deputado Anibelli Neto  
Presidente da Comissão



Deputado Márcio Pacheco  
Relator da Comissão



## JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos Nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial que discutiu e debateu acerca da Reforma Política no Brasil.

A referida Comissão Especial foi proposta por requerimento protocolado sob nº 000351/2015-DAP, de 9 de fevereiro de 2015, e constituída pelo Ato do Presidente nº 6/2015, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 819, de 9 de março de 2015.

Composta por sete membros de diversos partidos com assento nesta Casa, a Comissão realizou um total de oito audiências públicas ouvindo, entre outros, os advogados Gustavo Bonini Guedes - presidente do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (Iprade); Moisés Pessuti - membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep); Julio Jacob Junior - presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR; a advogada Carla Karpstein - secretária-executiva do Iprade, Elys Maryna Zioli - presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e Camila Lanes - presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes).

O relatório será encaminhado ao Presidente da Câmara Federal, Excelentíssimo Deputado Eduardo Cunha, visando contribuir com o processo de aprimoramento político no país.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

**RESUMO DO RELATÓRIO FINAL**

A Comissão Especial da Reforma Política teve origem no Requerimento protocolizado sob nº 0351-DAP, na Sessão Ordinária do dia 09 de fevereiro de 2015 e foi instituída através do Ato do Presidente nº 06/2015, publicado no Diário Oficial nº 819, de 09 de março de 2015.

A presente Comissão teve por finalidade discutir, debater e sugerir mudanças com o intuito de aperfeiçoar o projeto de reforma do sistema político brasileiro, que encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. O debate sobre a necessidade de uma Reforma Política é recorrente em nosso País e parece não haver dúvida de que nosso atual sistema eleitoral demanda urgente reformulação.

Por indicação dos Líderes, foi composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), Anibelli Neto (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Tiago Amaral (PSB), Felipe Francischini (SD), Marcio Pacheco (PPL) e Pedro Lupion (DEM), como membros titulares e os Deputados Cláudio Palozi (PSC), Artagão Junior (PMDB), Mauro Moraes (PSDB), Tercílio Turini (PPS), Maria Victória (PP), Rasca Rodrigues (PV) e Elio Rusch (DEM) como suplentes. A reunião de instalação ocorreu no dia 10 de março, onde foram eleitos, por unanimidade dos votos, como Presidente o Deputado Anibelli Neto (PMDB) e como Relator o Deputado Marcio Pacheco (PPL). No dia 18 de março de 2015 foi protocolizado o requerimento de nº 1184/2015, de autoria do líder do PSDB, Deputado Francisco Bührer, solicitando a substituição dos membros do partido na comissão, indicando o Deputado Evandro Junior (PSDB) como titular e a Deputada Cantora Mara Lima (PSDB) como suplente.

Durante os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, foram realizadas 08 (oito) Audiências Públicas, onde foram ouvidas Autoridades Públicas, integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, do Ministério Público, OAB, entidades empresariais, representantes de movimentos estudantis e de representação política e social, que puderam contribuir de maneira destacada para a ampliação do debate democrático e da discussão dos pontos controversos que envolvem a proposta de reforma política que tramita no Congresso Nacional. Foram convidadas a usar a palavra 39 (trinta e nove) autoridades, representantes das mais diversas áreas e esferas do Poder, além da grande participação da população, que comparecia às Audiências e, ao final, pôde fazer perguntas ou dar opiniões sobre o tema. Ao todo, foram mais de 23 (vinte e três) horas de discussões durante as Audiências Públicas.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

Após o término das oito Audiências a Comissão realizou uma Reunião de Trabalhos com comparecimento maciço de seus membros, com o intuito de discutir os principais pontos e chegar a um consenso sobre as propostas constantes no Relatório, a serem encaminhadas para análise na Câmara Federal.

Da referida Reunião chegou-se a 15 (quinze) temas principais defendidos pelos membros da Comissão com base na análise do apanhado de opiniões tomadas nas audiências, em sua grande maioria através de um consenso. São os seguintes itens:

- 01) Sistema Eleitoral;
- 02) Unificação das Eleições;
- 03) Reeleição;
- 04) Tempo de mandato;
- 05) Suplência de cargos ao Senado;
- 06) Coligações proporcionais;
- 07) Cláusula de desempenho;
- 08) Federações partidárias;
- 09) Prazo de filiação partidária;
- 10) Janela de fidelidade;
- 11) Convenções partidárias;
- 12) Financiamento de campanha;
- 13) Pesquisas eleitorais;
- 14) Voto obrigatório e
- 15) Idade mínima para candidatura ao Senado.

Diante do acima exposto, estamos certos que os referidos pontos apresentam simetria ao que a maior parte da população paranaense considera como uma reforma mínima necessária para a melhora do sistema eleitoral brasileiro. Temos a convicção de que o presente relatório vai servir de base para uma discussão mais profunda no Congresso Nacional e que se chegará a um consenso para que as mudanças respondam aos apelos da sociedade.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

**RELATÓRIO FINAL**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 MAIO 2015

1º Secretário

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através do Ato do Presidente nº 06/2015, publicado no Diário Oficial nº 819, de 09 de março de 2015, constituiu a Comissão Especial da Reforma Política, tendo origem no Requerimento protocolizado sob nº 0351-DAP, na Sessão Ordinária do dia 09 de fevereiro de 2015.

A presente Comissão teve por finalidade discutir, debater e, se necessário, sugerir mudanças com o intuito de aperfeiçoar o projeto de reforma do sistema político brasileiro, que encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. O debate sobre a necessidade de uma Reforma Política é recorrente em nosso País e parece não haver dúvida de que nosso atual sistema eleitoral demanda urgente reformulação.

Por indicação dos Líderes, a Comissão foi composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), como titular e Cláudio Palozzi (PSC), como suplente; Anibelli Neto (PMDB), como titular e Artagão Junior (PMDB), como suplente; Cantora Mara Lima (PSDB), como titular e Mauro Moraes (PSDB), como suplente; Tiago Amaral (PSB), como titular e Tercilio Turini (PPS), como suplente; Felipe Francischini (SD), como titular, e Maria Victória (PP), como suplente; Marcio Pacheco (PPL), como titular e Rasca Rodrigues (PV), como suplente; e Pedro Lupion (DEM), como titular e Elio Rusch (DEM), como suplente. No dia 18 de março de 2015 foi protocolizado o requerimento de nº 1184/2015, de autoria do líder do PSDB, Deputado Francisco Buhner, solicitando a substituição dos membros do partido na comissão, indicando o Deputado Evandro Junior (PSDB) como titular e a Deputada Cantora Mara Lima (PSDB) como suplente.

A reunião de instalação ocorreu no dia 10 de março de 2015 e a sua Ata de Instalação e Eleição foi publicada no Diário Oficial nº 820, de 10 de março de 2015, onde foram eleitos, por unanimidade dos votos, como Presidente o Deputado Anibelli Neto (PMDB) e como Relator o Deputado Marcio Pacheco (PPL).

Durante os trabalhos desenvolvidos pela comissão, foram realizadas 08 (oito) Audiências Públicas, onde foram ouvidas Autoridades Públicas, integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, do Ministério Público, OAB, entidades empresariais, representantes de movimentos estudantis e de representação política e social, que puderam contribuir de maneira destacada para a ampliação do debate democrático e da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

discussão dos pontos controversos que envolvem a proposta de reforma política que tramita no Congresso Nacional.

As atividades da comissão transcorreram no sentido de acolher todas as formas de opinião, para que, indistintamente, se procedesse ao encaminhamento das conclusões deste Poder Legislativo Estadual ao Congresso Nacional, o que se constitui em indispensável contribuição do Povo do Estado do Paraná, por intermédio de seus representantes políticos legalmente constituídos, para o progresso da democracia brasileira e a evolução dos meios de escolha dos mandatários, observando novos critérios eleitorais que conduzirão o Estado e suas instituições a um melhor equilíbrio político-administrativo e representatividade popular mais adequada.

A maciça participação de integrantes das diversas esferas do Poder Público e de representantes da sociedade civil organizada garantiu plena transparência e permitiu a ampliação dos debates e o atingimento do consenso sobre a maioria dos temas abordados.

Entidades que participaram diretamente do processo democrático de elaboração do presente relatório:

- 01) Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha;
- 02) Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Ademar Traiano;
- 03) Governador do Paraná, Beto Richa;
- 04) Deputado Federal Marcelo Castro (Relator da Proposta de Reforma Política da Câmara Federal);
- 05) Deputados Federais João Arruda, Fernando Giacobbo, Felipe Bornier, Osmar Serraglio, Danilo Forte, Luiz Carlos Hauly, Sandro Alex, Alfredo Kaefer e Sergio Souza;
- 06) Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, representado pelo Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen;
- 07) Ministério Público do Estado do Paraná, representado pelos Promotores de Justiça, Dr Armando Antônio Sobreiro Neto, Dr Regis Rogério Vicente Sartori, Dr Eduardo Augusto Salomão Cambi e pela Dra Terezinha de Jesus Souza Signorini;
- 08) Ordem dos Advogados do Brasil, representado pelo Dr Júlio Jacob Junior;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- 09) Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - IPRADE, representado pelos advogados Dr Gustavo Bonini Guedes, Dr Guilherme de Sales Gonçalves e pela Dra Carla Karpstein;
- 10) Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP, representado pelo Dr Moises Pessuti;
- 11) Associação Comercial do Paraná – ACP, representado pelo Sr Antonio Miguel Espolador Neto e pelo Sr Sival Zaidan Lobato Machado;
- 12) Associação dos Municípios do Paraná – AMP, representado pelo Sr Luiz Lazaro Sorvos;
- 13) Prefeito do Município de Balsa Nova, Luiz Claudio Costa;
- 14) Federação do Comercio do Estado do Paraná – FECOMERCIO, representado pelo Sr Darci Piana;
- 15) Confederação Nacional dos Municípios – CNN, representado pelo Sr Joarez Henrichs;
- 16) Movimento Pró-Paraná, representado pelo Sr Jonel Chede e pelo Sr Gilberto Carvalho;
- 17) Fundação Ulysses Guimarães, representado pelo Sr Marcio Carvalho;
- 18) Campanha da Constituinte, representada pela Sra Liliane Coelho;
- 19) Federação das Associações Comerciais do Paraná – FACIAP, representado pelo Sr Guido Bresolin Junior;
- 20) Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM, representado pelo Sr Marcio Tadeu Barbosa;
- 21) UNINTER, representado pelo Sr Luiz Domingos;
- 22) Juventude do PMDB do Paraná, representada pela Sra Vera Regina Giebmeier;
- 23) Diretório Central dos Estudantes da PUC/PR, representado pelo Sr Lucas Ribeiro Ignácio;
- 24) Colégio Estadual Lamenha Lins, representado pelo Sr Leonardo Guimarães;
- 25) União Paranaense dos Estudantes, representada pela Sra Elys Maryna Zioli;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- 26) União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, representada pela Camila Alanis e
- 27) Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná – CACIOPAR, representada pelos Senhores Sergio Antonio Marcucci e Leoveraldo Curtarelli de Oliveira.

No transcurso das audiências públicas, diversos temas foram abordados, sendo mais destacados os seguintes:

- 01) Sistema Eleitoral;
- 02) Unificação das Eleições;
- 03) Reeleição;
- 04) Tempo de mandato;
- 05) Suplência de cargos ao Senado;
- 06) Coligações proporcionais;
- 07) Cláusula de desempenho;
- 08) Federações partidárias;
- 09) Prazo de filiação partidária;
- 10) Janela de fidelidade;
- 11) Convenções partidárias;
- 12) Financiamento de campanha;
- 13) Pesquisas eleitorais;
- 14) Voto obrigatório e
- 15) Idade mínima para candidatura ao Senado.

As Audiências Públicas realizadas pela Comissão proporcionaram a coleta de opiniões e o desenrolar saudável do debate em torno dos pontos controversos em relação as mais diversas matérias que envolvem a reforma política, possibilitando o embasamento dos seus membros para concluir sobre os pontos mais polêmicos, originando o presente relatório.

Foram convidadas a usar a palavra 39 (trinta e nove) autoridades, representantes das mais diversas áreas e esferas do Poder, além da grande participação da população, que comparecia às Audiências e, ao final, pôde fazer perguntas ou dar opiniões sobre o tema. Ao todo, foram mais de 23 (vinte e três) horas de discussões durante as Audiências Públicas.

A **1ª Audiência Pública**, de abertura dos trabalhos, ocorrida no dia **20 de março de 2015**, foi realizada em reunião conjunta com a Câmara Federal, através do Projeto Câmara Itinerante. Estavam presentes todos os membros da Comissão Especial da Reforma Política: Deputado Anibelli Neto (Presidente), Deputado Marcio Pacheco (Relator),





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Felipe Francischini, Deputado Guto Silva, Deputado Pedro Lupion e Deputado Tiago Amaral, além de diversos Deputados Federais, Estaduais e autoridades constituídas do Estado, sendo a mesa composta pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Eduardo Cunha, pelo Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, pelos Deputados Estaduais Anibelli Neto e Marcio Pacheco (membros da presente Comissão), pelo Relator da reforma política na Câmara, Deputado Federal Marcelo Castro, pelos Deputados Federais João Arruda, Giacobbo, Felipe Bornier e Osmar Serraglio e pelo Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen. Foram expostos os seguintes posicionamentos:

- **Deputado Estadual Ademar Traiano, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná:** Defendeu o fortalecimento do Poder Legislativo Estadual, com a ampliação das competências legislativas das Assembleias, em todos os estados da federação, entende que as limitações constitucionais para legislar no âmbito dos estados devem ser objeto de reforma, modificando-se o Pacto Federativo, estabelecendo um novo equilíbrio;
- **Deputado Federal Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados:** Defendeu o papel social desempenhado pela Câmara Federal na busca das soluções e no recolhimento das sugestões necessárias ao encaminhamento da Reforma Política. Garantiu a votação da proposta no final do mês de maio e que qualquer divergência sobre o assunto vai ser resolvida através do voto;
- **Deputado Estadual Anibelli Neto, Presidente da Comissão Especial da Reforma Política:** Pugnou pelo compromisso da Câmara Federal em realizar a tão sonhada reforma política, pela ampliação do debate sobre o tema, ouvindo-se diversos segmentos da sociedade para que seu debate seja plenamente democrático, inclusive atendendo as sugestões da Comissão paranaense;
- **Beto Richa, Governador do Estado do Paraná:** Posicionou-se favorável ao fim da reeleição, às mudanças no sistema do financiamento eleitoral, com melhores regras de transparência e mudança do sistema de votação, bem como a implantação das cláusulas de barreira e fim das coligações proporcionais;
- **Deputado Federal Marcelo Castro, Relator da Comissão da Reforma Política na Câmara Federal:** Garantiu o término dos trabalhos da Comissão da Câmara Federal, com aprovação do relatório ainda em maio e fixou pontos importantes dentro da reforma política. Dentre eles podemos destacar:
  - a) O custo exorbitante das campanhas eleitorais para o parlamento;
  - b) Excessiva influência do poder econômico em todos os cargos disputados;
  - c) Número excessivo de campanha política no Brasil, em comparação a outros países;
  - d) Partidos frágeis, sem coesão interna, pouco ideológicos e programáticos;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- e) Vota-se em “João” e elege-se “Pedro”;
  - f) Número excessivo de partidos no Congresso Nacional;
  - g) Deformação do voto do eleitor; e
  - h) Custo exorbitante do marketing eleitoral.
- 
- **Deputado Federal Danilo Forte:** Declarou que não há proporcionalidade na distribuição de recursos entre os entes federados, pois o Governo Federal centraliza a arrecadação do país e não destina a Estados e municípios que ficam com responsabilidades sociais comprometidas;
  - **Deputado Federal Luiz Carlos Hauly:** Demonstrou-se favorável ao voto distrital puro, porque entende que acabaria com as coligações e haveria a redução do número de candidatos. Defendeu um financiamento público das campanhas, diminuindo a influência das empresas privadas através de um modulador para diminuir o custo da campanha;
  - **Deputado Federal Sandro Alex:** Defendeu o voto facultativo e propôs que as campanhas sejam financiadas por pessoas físicas, bem como sejam fixados limites a doações. Foi contrário ao financiamento público nas campanhas eleitorais.
  - **Deputado Federal Alfredo Kaefer:** Demonstrou ser contrário à reeleição para todos os cargos do Poder Executivo, como também favorável ao mandato de 6 anos. Não concorda com eleições unificadas. As eleições devem ser intercaladas em 3 em 3 anos, em razão dos mandatos serem de 6 anos. É contra o financiamento público de campanha. É favorável ao voto distrital misto e realização de segundo turno para as cidades com mais de 100 mil eleitores;
  - **Deputado Federal Sérgio Souza:** Esclareceu que o Congresso tem analisado os vetos presidenciais por voto aberto e que o orçamento agora é impositivo;
  - **Deputado Estadual Felipe Francischini:** Declarou que o Brasil fez uma concha de retalhos com teorias constitucionais de outros países, e as copiou mal. Propôs uma revisão legislativa constitucional.

Na 2ª Audiência Pública, ocorrida no dia 30 de março de 2015 sob a presidência do senhor Deputado Anibelli Neto, estavam presentes o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco, e os seus demais membros, Deputada Cantora Mara Lima, Deputado Guto Silva e Deputado Pedro Lupion. Na ocasião ocorreu a oitiva do **Dr. Armando Antônio Sobreiro Neto, Promotor de Justiça, Coordenador da Área Eleitoral do Ministério Público** que, em apertada síntese, abordou os seguintes temas:

- Sistema eleitoral: abordou o que acredita ser uma inconstitucionalidade no sistema de voto através do “distritão”, uma vez que as minorias ficam alijadas do processo de escolha e de participação. Defendeu o sistema “distrital misto” através de lista





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

fechada para parte das vagas disponíveis e a outra para listas abertas, como o mais coerente com o pluralismo político;

- Unificação das eleições: a atual estrutura da justiça eleitoral em todas as suas instâncias, não permite a segurança necessária para a fiscalização. Além disso, a unificação poderia distanciar o eleitor dos candidatos, uma vez que não haveria tempo hábil para as propostas de todos os candidatos ao pleito chegarem à totalidade da população;
- Reeleição: defendeu o fim da reeleição aos cargos do Poder Executivo e até mesmo um limite de reeleições aos Parlamentos;
- Tempo de mandato: caso sejam unificadas as eleições é a favor do estabelecimento de um mandato de 05 (cinco) anos, inclusive para os Senadores;
- Suplência de cargos ao Senado: se manifestou favorável ao voto direto ao suplente de Senador;
- Coligações proporcionais: defendeu a proibição das coligações para eleições proporcionais, buscando fortalecer os ideais partidários e afastar as siglas de aluguel;
- Cláusula de desempenho: manifestou ser favorável à fixação de cláusula de desempenho para fortalecimento dos partidos políticos, em razão das dificuldades no momento da realização das convenções, e considerando o problema dos partidos de aluguel;
- Federações partidárias: defendeu uma maior discussão para amadurecimento do tema, pois não acredita na eficácia da proibição das coligações caso haja a criação das federações que atinjam as eleições proporcionais;
- Prazo de filiação: é contrário à diminuição do prazo, pois vai contra a ideia de fortalecer os partidos;
- Janela de fidelidade partidária: acredita que é mais um ponto que vai contra o ideal de fortalecer os partidos e, caso seja aprovada, o candidato vai trabalhar nos bastidores contra o seu próprio partido;
- Convenções partidárias: defendeu que as convenções passem a ser definidas mais cedo, preferencialmente no mês de abril para que a propaganda comece em maio ou junho, pois nessa época a campanha, apesar de maquiada, já está na rua e tal medida dará mais tempo para que julgamentos de impugnações sejam realizados;
- Financiamento da campanha: demonstrou preocupação com o financiamento de campanhas através das pessoas jurídicas. Entende que nas democracias modernas é importante permitir que o cidadão se engaje na campanha do seu partido e de seu candidato, de modo que é admissível o financiamento de campanha por pessoas físicas;
- Dispensa de prestação de contas das despesas pessoais dos candidatos: não vê sentido prático nessa medida. As despesas pessoais do candidato entram no mesmo trabalho que a equipe do candidato vai ter na prestação de contas;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- Criação e funcionamento dos partidos: acredita que é necessário criar mecanismos que exijam um apoio maior em todos os estados da Federação, bem como intervir na autonomia interna e criar requisitos mínimos a serem inseridos nos Estatutos dos partidos para que eles tenham acesso ao Fundo Partidário, garantindo a renovação permanente em suas instâncias decisórias.

Na **3ª Audiência Pública** ocorrida no dia **07 de abril de 2015** sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estavam presentes, o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco, e os seus demais membros, Deputado Guto Silva, Deputado Pedro Lupion e Deputado Tiago Amaral. Na ocasião, ocorreu a oitiva do **Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen**, Membro do Tribunal de Justiça e Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, que levantou os seguintes temas para discussão:

- Sistema eleitoral: acredita que o sistema de votação deve permanecer como se encontra atualmente. Tem preocupação com a mudança, pois acha que ainda não encontramos a fórmula ideal;
- Unificação das eleições: tem uma preocupação quanto à coincidência das eleições, pois acredita que os órgãos ligados à realização das eleições (principalmente o TRE) não possuem estrutura física e administrativa para suportar a unificação;
- Reeleição: defendeu a proibição da reeleição para todos os cargos de função executiva, garantindo a alternância do poder;
- Tempo de mandato: da mesma forma que quando se refere à unificação das eleições, é contra a extensão do mandato, pois impacta o sistema da Justiça Eleitoral de uma forma que, devido ao grande intervalo entre as eleições, não teria razão para existir permanentemente, mas seria sobrecarregada a cada cinco anos;
- Coligações proporcionais: vê o fim das coligações proporcionais como um consenso de quase todas as siglas, considerando uma medida importante para valorizarmos e fortalecermos os Partidos;
- Cláusula de desempenho: manifestou-se favorável e afirma que já faz com que tenhamos menos candidatos e um maior tempo de exposição de cada um na propaganda gratuita;
- Financiamento da campanha: sugeriu um financiamento misto, criando um sistema mais transparente e reduzindo os limites tanto para pessoa física como jurídica, pois acredita que a proibição de doação por pessoas jurídicas vai gerar caixa dois. Manter o financiamento público como é hoje;
- Criação e funcionamento dos partidos: Levantou que o financiamento público de campanha que já existe é caríssimo ao governo e demonstrou ser favorável ao financiamento privado com fixação de novos limites para doação de pessoas físicas e maior transparência na prestação de contas;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- Pesquisas eleitorais: é necessária a fixação de parâmetros científicos nas pesquisas eleitorais, bem como estabelecer critérios melhores de transparência.

Na 4ª Audiência Pública, ocorrida no dia 13 de abril de 2015 sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estavam presentes o Deputado Guto Silva e o Deputado Tiago Amaral. Na ocasião foram convidados os advogados especialistas em Direito Eleitoral, **Dr. Gustavo Bonini Guedes**, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral – IPRADE, **Dr. Guilherme de Sales Gonçalves**, Presidente do Conselho Consultivo do IPRADE, **Dr. Moises Pessuti**, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP e **Dr. Júlio Jacob Junior**, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB seccional Paraná. Em apertada síntese, levantaram os seguintes temas para discussão:

- Sistema eleitoral: não indicaram um sistema como o ideal mas sinalizaram uma concordância maior: Dr. Julio Jacob Jr com o “distritão misto” e Dr. Guilherme Gonçalves com o distrital misto. Para Guilherme o “distritão” é inconstitucional, pois fere cláusulas pétreas, como o princípio proporcional e a figura do partido como principal ente de organização política;
- Unificação das eleições: manifestaram-se contra, pois distancia o eleitor das urnas por muito tempo. Consideram que ir às urnas a cada dois anos expõe os entes políticos ao debate de ideias e garante a democracia. Argumentam que a paralisação da máquina pública devido ao grande número de eleições pode ser resolvida com o avanço do pacto federativo e com a alteração da Lei Eleitoral, abrandando as condutas vedadas em ano eleitoral;
- Da reeleição: todos propuseram o fim da reeleição para cargos do executivo;
- Proibição das coligações proporcionais: manifestaram-se favoráveis à proibição, como forma de diminuir o número de partidos e fortalecer os partidos restantes;
- Janela de fidelidade partidária: posicionaram-se contrários à criação da janela como forma de fortalecimento do partido;
- Financiamento da campanha: concordam com doações por parte de empresas, desde que seja respeitado um limite nominal definido por lei e as doações ocorram para apenas um candidato a cada cargo;
- Voto obrigatório: manter a obrigatoriedade, mas aumentar a punição para quem desrespeitar, uma vez que a penalidade é uma multa de cerca de R\$ 3,00. Todos os países que adotaram o voto facultativo tiveram um déficit de representação e o maior gasto com eleições nos Estados Unidos foi com mobilização de eleitores.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

Na **5ª Audiência Pública**, ocorrida no dia **27 de abril de 2015** sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estavam presentes o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco e seu membro, Deputado Tiago Amaral. Na ocasião, compuseram a mesa o **Sr. Antonio Miguel Espolador Neto**, presidente da Associação Comercial do Paraná – ACP; o **Sr. Luiz Lazaro Sorvos**, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná – AMP; o **Sr. Sival Zaidan Lobato Machado**, Vice-Presidente da ACP; o **Sr. Luiz Claudio Costa**, Prefeito do Município de Balsa Nova e membro da AMP; o **Sr. Darci Piana**, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná – Fecomércio e o **Sr. Joarez Henrichs**, Diretor Financeiro da Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Foram levantados, principalmente, os seguintes apontamentos:

- Sistema eleitoral: foi defendido o sistema distrital misto, por ser um sistema mais amplo e equilibrado, que contemple tanto os aspectos geoeconômicos quanto políticos proporcionais. O representante da Fecomércio foi mais além e sugeriu um sistema distrital misto com 70% (setenta por cento) dos votos para os candidatos ao distrito eleitoral e os outros 30% (trinta por cento) para a esfera geral;
- Unificação das eleições: a mesa foi unânime em opinar pela unificação das eleições, seja como forma de diminuir custos e os dias voltados às campanhas e eleições, que tiram o poder da economia de continuar crescendo e evoluindo, para evitar o estado de permanente campanha política, bem como dificuldades de gestão por falta de comunicação entre orçamentos ou para fortalecer o Poder Executivo. Sugeriu-se a prorrogação do atual mandato por dois anos para que as eleições sejam unificadas em 2018;
- Reeleição: os membros da mesa convergiram em opinar pelo fim da reeleição para cargos do Poder Executivo. O representante da Confederação Nacional dos Municípios sugeriu também uma limitação do número de reeleições para cargos do Poder Legislativo;
- Tempo de mandato: opinaram por um mandato de 05 (cinco) anos para todos os cargos eletivos, inclusive o de Senador;
- Suplência de cargos ao Senado: o representante da Fecomércio defendeu o voto direto para o suplente ao cargo de Senador;
- Coligações proporcionais: o representante da Fecomércio defendeu a permissão das coligações proporcionais, desde que sejam feitas as mesmas coligações nas majoritárias e as coligações permaneçam unidas após as eleições. O representante da AMP opinou pela proibição das coligações proporcionais, com o intuito de fortalecer os partidos;
- Cláusula de desempenho: defenderam a implantação da cláusula de desempenho para aprimorar o debate político, possibilitando uma eficaz condução do processo político e legislativo, com partidos duradouros, estáveis e com um quadro





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- definitivo de simpatizantes. O representante da Fecomércio sugeriu uma implantação gradativa das cláusulas, visando possibilitar um tempo de adaptação;
- Janela de fidelidade partidária: o representante da CNM se manifestou contrário à janela de fidelidade, pois o candidato se elegeu pelo partido e deve finalizar o mandato pelo partido, como forma de fortalecê-lo;
  - Convenções partidárias: o representante da AMP defendeu que sejam realizadas em julho, para encurtar o tempo de campanha;
  - Financiamento da campanha: a ACP defendeu a permanência da contribuição de pessoa física e jurídica, contudo limitadas, regulamentadas, transparentes e controladas, bem como um financiamento público mínimo e concedido apenas a quem comprovadamente não disponha de recursos para desenvolver sua campanha. A Fecomércio defendeu um equilíbrio do financiamento, com metade sendo arcado por pessoa física e metade por pessoa jurídica, sempre havendo um equilíbrio. A AMP sugeriu um financiamento privado apenas partindo de pessoa física e que o financiamento público continue com as regras atuais;
  - Voto obrigatório: todas as instituições defenderam a manutenção do voto obrigatório, pois ainda não podemos abdicar de tal dever, sendo que o voto é um direito/dever. Facultar poderá empobrecer os pleitos por estrondosas ausências de eleitores, deixando a decisão para uma pequena parcela da população;
  - Data da posse: o representante da AMP propôs alterar a data da posse dos eleitos para 05 (cinco) de janeiro, pois o dia primeiro priva o evento da presença de autoridades e pessoas que acabam elegendo os compromissos de passagem de ano com os seus familiares.

Na **6ª Audiência Pública**, ocorrida no dia **05 de maio de 2015** sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estava presente o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco. Na ocasião, compuseram a mesa o **Sr. Jonel Chede**, Presidente do Movimento Pró-Paraná; o **Sr. Gilberto Carvalho**, Vice-Presidente do Movimento Pró-Paraná; o Secretário-Executivo da Fundação Ulysses Guimarães - FUG, **Sr. Márcio Carvalho**; e a representante da Campanha da Constituinte, **Sra. Liliane Coelho**. Segue a síntese dos principais pontos discutidos:

- Sistema eleitoral: os representantes da Pró-Paraná defenderam a implantação de um sistema distrital misto de lista fechada, escolhida por um processo democrático dentro do partido, valendo experimentalmente a partir do ano de 2016 em municípios com mais de 200 mil habitantes e sendo ampliado em 2018. Elegeria dois terços das cadeiras pelo distrital e um terço pelo proporcional;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

- Unificação das eleições: o representante da FUG levantou que, segundo pesquisas, 68% da população é favorável à unificação das eleições no mesmo ano (não necessariamente no mesmo dia);
- Reeleição: o representante da FUG trouxe um levantamento onde 61% da população é contra a reeleição e 75% acha que a reeleição para o legislativo deve ser limitada;
- Suplência de cargos ao Senado: o representante da FUG trouxe um levantamento onde 68% da população acredita no voto direto para eleger o suplente ao cargo de Senador;
- Coligações proporcionais: pelo levantamento trazido pelo representante da FUG, 62% da população é contra as coligações proporcionais;
- Cláusula de desempenho: segundo o levantamento trazido pelo representante da FUG, 51% da população é a favor da implantação da cláusula de desempenho;
- Financiamento da campanha: o Pró-Paraná defendeu um financiamento privado com proibição de doações de pessoas jurídicas, enquanto a representante da Campanha da Constituinte se manifestou contra qualquer tipo de financiamento privado de campanha;
- Cotas para mulheres: a Vereadora Marcia Ferreira, do Município de Pinhais e a representante da Campanha da Constituinte apoiam a instituição de cotas para ocupação de cadeiras por mulheres, não aplicáveis só nas candidaturas, como no sistema atual;
- Plebiscito: a representante da Campanha da Constituinte defendeu a realização de um plebiscito para indagar a população sobre a convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana, para fazer uma reforma ampla e completa;
- Plano de governo: o representante da FUG trouxe a informação de que 78% da população acredita que o mandato no Executivo deve estar vinculado ao cumprimento do plano de governo registrado na Justiça Eleitoral, sendo que 71% defende que seu não cumprimento deve acarretar perda do mandato.

Na **7ª Audiência Pública**, ocorrida no dia **12 de maio de 2015** sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estavam presentes o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco e o seu membro, Deputado Guto Silva, além do Deputado Estadual Adelino Ribeiro. Na ocasião, compuseram a mesa o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná – Faciap, **Sr. Guido Bresolin Junior**; o Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM, **Sr. Márcio Tadeu Barbosa**; o Professor e Doutor em Ciência Política da Uninter, **Sr. Luiz Domingos**; a Presidente da Juventude do PMDB-PR, **Vera Regina Giebmeier**; o representante do Diretório Central de Estudantes da PUC-PR, **Sr. Lucas Ribeiro Ignácio** e o estudante **Leonardo Guimarães**, representando





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

o Colégio Estadual Lamenha Lins, de Curitiba. Segue a síntese dos principais pontos discutidos:

- Sistema eleitoral: houve um consenso em optar pelo voto distrital misto, sendo que os representantes da Faciap e ACIM sugeriram iniciar a implantação do sistema na eleição de vereadores como experimento e depois evoluir para os demais pleitos, e o representante do Colégio Lamenha Lins sugeriu tal sistema apenas para as eleições de Deputados e não para Vereadores (nos Municípios). O representante da UNINTER fez uma explanação minuciosa abordando as particularidades de cada sistema eleitoral em discussão;
- Reeleição: a totalidade da mesa opinou pelo fim da reeleição para cargos do Poder Executivo;
- Tempo de mandato: o mandato de 05 (cinco) anos foi defendido pelos representantes do DCE/PUC e do Colégio Lamenha Lins;
- Coligações proporcionais: os representantes da JPMDB e Colégio Lamenha Lins defenderam o fim das coligações proporcionais, como forma de defender o fortalecimento dos partidos;
- Janela de fidelidade partidária: a representante da JPMDB trouxe um posicionamento contrário à criação das janelas partidárias, alegando que contraria o objetivo principal da reforma, que é o fortalecimento dos partidos;
- Financiamento da campanha: o representante da UNINTER defendeu um financiamento misto, com teto definido para pessoas físicas e jurídicas, enquanto o emissário do DCE/PUC sugeriu um financiamento privado utilizando apenas doações de pessoas físicas, e o representante do Colégio Lamenha Lins indicou um financiamento público apenas para rádio e televisão, com limites para doações de pessoas físicas e jurídicas;
- Voto facultativo: o representante do Colégio Lamenha Lins defendeu a adoção do voto facultativo, por ser um direito conquistado pela população;
- O representante do Colégio Lamenha Lins sugeriu ainda uma punição para o candidato que não cumprir suas promessas de campanha e a realização de um curso e posterior prova a que se submetessem todos os candidatos a cargos eletivos.

Na 8ª Audiência Pública, ocorrida no dia 13 de maio de 2015 sob a presidência do Deputado Anibelli Neto, estavam presentes o Relator da Comissão, Deputado Marcio Pacheco e o seus membros, Deputado Guto Silva, Deputado Pedro Lupion e Deputado Tiago Amaral. Na ocasião, compuseram a mesa a presidente da União Paranaense dos Estudantes – UPE, Sra. Elys Maryna Zioli; a presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas – UPES, Camila Lanes e os advogados Dr. Guilherme de Salles Gonçalves.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

presidente do Conselho Consultivo do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral – IPRADE; **Dra. Carla Karpstein**, Secretária-Executiva do IPRADE; **Dr. Moisés Pessuti**, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep e **Dr. Julio Jacob Junior**, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR. Em apertada síntese, levantaram os seguintes temas para discussão:

- Sistema eleitoral: o Dr. Guilherme de Salles Gonçalves sustentou novamente a inconstitucionalidade do “distritão”, pois tal sistema fere cláusulas pétreas, como o princípio proporcional e a figura do partido como principal ente de organização política. Segundo ele, se tal sistema for aprovado a discussão vai acabar nas instâncias judiciais;
- Unificação das eleições: todos os advogados reiteraram a posição contrária à unificação das eleições, evitando um distanciamento do eleitor. Para o Dr. Moisés Pessuti a coincidência das eleições representa um atentado à democracia;
- Financiamento da campanha: a representante da UPE defendeu a adoção de um financiamento privado, apenas permitindo a doação de pessoas físicas;
- Dispensa de prestação de contas das despesas pessoais dos candidatos;
- Cotas para mulheres: a representante da UPES defendeu a adoção de cotas para mulheres, buscando uma maior representação feminina. Já a Dra. Carla Karpstein sugeriu que deve haver uma maior representação feminina, mas as cotas para mulheres devem ser mantidas no modelo atual, com reserva de vagas para candidatas, mas não efetivamente de vagas eletivas;
- Verticalização das coligações majoritárias: o representante da OAB defendeu a verticalização das coligações majoritárias. Deixou claro que não é uma opinião pessoal, mas uma posição tomada após intensa discussão dentro da Ordem;
- Propostas de iniciativa popular: o representante da OAB também sugeriu uma redução de assinaturas visando a elaboração de propostas de iniciativa popular, bem como uma regulamentação efetiva do recolhimento de assinaturas por meio digital, como forma de facilitar a participação popular diretamente no processo legislativo.
- Houve consenso geral entre convidados, integrantes da mesa e plateia no sentido de que os mandatos eletivos sejam de seis anos, com eleições de três em três anos intercaladamente.

Foram elaboradas atas com as transcrições completas das notas taquigráficas de todas as Audiências Públicas, contendo a totalidade das discussões ocorridas. Além disso, foram recolhidas propostas protocoladas na Comissão, na Assembleia Legislativa e encaminhadas diretamente ao seu Presidente, Deputado Anibelli Neto, e ao seu Relator, Deputado Marcio Pacheco, que encontram-se anexadas a este Relatório Final.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

## **CONCLUSÕES**

Após o término das oito Audiências a Comissão realizou uma Reunião de Trabalhos com comparecimento maciço de seus membros, com o intuito de discutir os principais pontos e chegar a um consenso sobre as propostas constantes no Relatório, a serem encaminhadas para análise na Câmara Federal.

Da referida Reunião chegou-se a 15 (quinze) temas principais defendidos pelos membros da Comissão com base na análise do apanhado de opiniões tomadas nas audiências, em sua grande maioria através de um consenso. São os seguintes itens:

### **1. Sistema eleitoral**

Em razão de ter sido defendido pela grande maioria das entidades que participaram dos eventos, concluímos que a sociedade indica preferência pelo sistema distrital misto, buscando um sistema mais amplo e equilibrado, que contemple tanto os aspectos geoeconômicos quanto políticos proporcionais. Ao debater os sistemas sugeridos foi unânime a opinião de que, independente do sistema adotado, a aprovação do fim das coligações proporcionais já é um importante instrumento que culmina no fortalecimento dos partidos políticos.

### **2. Unificação das eleições**

Apesar de ser um ponto bastante controverso levando em consideração as opiniões trazidas nas Audiências, com sólidos argumentos tanto contrários quanto a favor, a Comissão se manifestou contrária à unificação das eleições. Os pontos que mais pesaram na decisão foram o fato de que a população teria certa dificuldade de acesso às propostas de todos os candidatos em uma única oportunidade, as instituições que trabalham nas eleições necessitariam de uma revisão em toda sua estrutura e o eleitor ficaria distante das urnas e, conseqüentemente, do processo democrático por muito tempo, não participando do debate de ideias que deve ser proposto pelos candidatos. Como possível solução para a crítica referente às dificuldades de gestão que as eleições ocasionam aos poderes executivos, sugerimos que todos os mandatos eletivos sejam de 06 (seis) anos, ocorrendo eleições a cada 03 (três) anos. Desta forma, haveria um maior tempo hábil para a elaboração e execução de projetos.

### **3. Reeleição**

Há um consenso pelo fim do instituto da reeleição aos cargos do poder executivo, visando acabar com ações políticas que tem um único interesse na reeleição do mandatário e buscando que as ações procurem um interesse maior da sociedade. Além disso, com o aumento do mandato para 06 (seis) anos os chefes dos poderes



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

executivos terão mais tempo a sua disposição para implantar e executar todos os projetos por eles pretendidos.

**4. Tempo de mandato**

Como abordado anteriormente, a Comissão foi unânime em defender que o ideal seria um mandato de 06 (seis) anos para todos os cargos eletivos, inclusive os senadores. Seria um período que atenderia a necessidade dos chefes dos poderes executivos no planejamento, elaboração e execução de seus projetos, mesmo considerando a ocorrência de uma eleição para cargos distintos na metade do mandato.

**5. Forma de escolha do suplente de Senador**

A nenhum dos membros da Comissão pareceu interessante a ideia da suplência ao Senado por voto direto, uma vez que na vacância do referido cargo provavelmente ocorreria a entrada de outro mandatário de outro partido e com ideologias distintas em seu lugar. Tal fato ocasionaria numa mudança significativa no equilíbrio do Senado. Concluímos que o sistema atual ainda é o mais vantajoso e deve ser mantido, dando ampla publicidade ao Suplente do candidato ao Senado.

**6. Coligações proporcionais**

É quase um consenso nos setores organizados da sociedade de que as coligações proporcionais devem acabar, como forma de fortalecer os ideais partidários e diminuir o número de partidos. Tal posição é adotada pela Comissão.

**7. Cláusula de desempenho**

A Comissão se manifestou favorável à cláusula de desempenho como forma de acesso ao fundo partidário, mas não às propagandas eleitorais gratuitas. Tal atitude se baseia buscando um fortalecimento e diminuição do número dos partidos, mas garantindo que todos os candidatos tenham a oportunidade de expor suas ideias a toda a população.

**8. Federações partidárias**

Por unanimidade, concluímos que as federações partidárias devem ser proibidas, pois na prática acabaria sendo um instituto muito parecido ao das coligações partidárias, um dos pontos que recebem mais apoio pela sua extinção, uma vez que uma das principais ideias da reforma política é fortalecer os partidos.

**9. Prazo de filiação partidária**

Houve um consenso de que o prazo de filiação para possibilitar a candidatura não deve ser reduzido, uma vez que a escolha do partido é uma opção pessoal e não deve estar sujeita a questões conjunturais e momentâneas.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

**10. Janela de fidelidade**

Foi um ponto um pouco controverso, que gerou discordância entre os membros da Comissão. Ao final, com a análise da opinião da maioria das instituições presentes nas audiências, chegou-se à conclusão de que, uma vez que o principal ponto da reforma é o fortalecimento dos partidos, não se deve permitir a janela de fidelidade. Na prática, o que aconteceria nos bastidores, seria o fato do candidato trabalhar contra o próprio partido, sabendo que logo mudaria de agremiação. Apesar das controvérsias arguidas democraticamente, a maioria dos integrantes da Comissão, deliberou no sentido de que devemos exigir que os candidatos permaneçam nos mesmos partidos para o qual foram eleitos.

**11. Convenções partidárias de 15 a 30 de julho**

Por unanimidade decidiu-se que as convenções partidárias devem acontecer de 15 a 30 de julho, como forma de diminuir o tempo de campanha e, conseqüentemente, os gastos despendidos com as mesmas.

**12. Financiamento de campanha**

Todos os membros defendem um financiamento misto, criando um sistema mais transparente e reduzindo os limites tanto para pessoa física como jurídica, criando um teto fixo como limite de doações para cada cargo. O financiamento público de campanha permaneceria como adotado no sistema de hoje.

**13. Pesquisas eleitorais**

Outro item que gerou bastante discussão entre os membros da Comissão, que concluíram pela proibição da divulgação de pesquisas eleitorais a qualquer tempo, respeitando-se democraticamente a opinião exposta pela maioria dos integrantes da Comissão.

**14. Voto obrigatório ou facultativo**

Foi consenso entre os membros que o voto deve permanecer obrigatório, uma vez que mesmo com o sistema atual temos uma taxa de ausência muito grande. O Brasil não está suficientemente amadurecido para ter o voto facultativo e a maioria dos países que o instituíram estão repensando tal atitude pelo grande déficit de representação.

**15. Idade mínima para candidatura ao Senado**

Concluiu-se pela diminuição da idade mínima para candidatar-se ao Senado para 30 (trinta) anos, com voto contrário do Deputado Pedro Lupion, que defendeu que o Senado é uma casa mais técnica e deve ter componentes mais preparados.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão Especial da Reforma Política*

Diante do acima exposto, estamos certos que os referidos pontos apresentam simetria ao que a maior parte da população paranaense considera como uma reforma mínima necessária para a melhora do sistema eleitoral brasileiro. Temos a convicção de que o presente relatório vai servir de base para uma discussão mais profunda no Congresso Nacional e que se chegará a um consenso para que as mudanças respondam aos apelos da sociedade.

É o relatório.

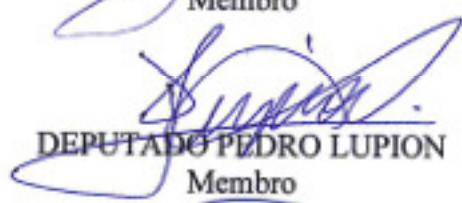
Curitiba, 13 de maio de 2015.

  
DEPUTADO ANIBELLI NETO  
Presidente

  
DEPUTADO MARCIO PACHECO  
Relator

  
DEPUTADO GUTO SILVA  
Membro

  
DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI  
Membro

  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
Membro

  
DEPUTADO TIAGO AMARAL  
Membro

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
Membro



## ANEXO I

### DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR DA COMISSÃO SOBRE REFORMA POLÍTICA, DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO ANIBELLI NETO.

Frente à falta de tempo hábil para a discussão das propostas e a dificuldade natural de estabelecimento de convergência para adoção de um ideário Institucional pelo Ministério Público do Estado do Paraná, foi recomendado – por meio do Informativo nº 01/2015 da Coordenadoria das Promotorias Eleitorais – aos membros da Instituição, que enviassem diretamente suas sugestões para a **Reforma Política**.

Desta maneira, este agente ministerial apresenta as seguintes sugestões quanto ao conteúdo da Reforma Política em debate junto a Câmara dos Deputados:

1 – Adoção do sistema eleitoral que vem sendo chamado de "distritão", onde os candidatos individualmente mais votados são eleitos, independentemente de qualquer ponderação partidária das votações. Poderíamos também discutir o "parlamentarismo" para após 2018, pois temos uma constituição parlamentarista com um regime presidencialista.

2 – Financiamento de campanhas – manutenção do sistema misto, parte público e parte privado, com doação de pessoas



físicas e jurídica. Com relação ao financiamento de pessoa jurídica poderia haver maiores limitações que as atuais, inclusive com um patamar de aproximadamente de R\$ 1 milhão de reais por conglomerado de empresas, dado apenas a um partido, com atualização do valor pela legislação a cada eleição.

3 – Não coincidência de eleições e manter o sistema atual, podendo impedir que membros do poder legislativo após eleitos assumam cargos junto ao Poder Executivo. Além disso, caso sejam as eleições unificadas ficariam monopolizadas nas eleições da esfera federal relegando eleições municipais ao terceiro plano. Fora isso o eleitor precisará escolher candidatos para sete cargos. Um intervalo menor entre as votações faz com que o povo se preocupe com política de maneira mais recorrente, e aprenda a votar e exercer sua cidadania.

4 – Fim da reeleição para os cargos executivos, com mandato de 5 anos para todos os cargos eletivos, inclusive de senador.

5 – Terminar com a suplência de senador e caso ocorra licença de saúde, morte ou outro motivo a ser definido pela Câmara e pelo Senado, como exercício de outro cargo como

Governador de Estado, deveria ocorrer outra eleição apenas para a vaga determinada.

6 – Proibição de coligações proporcionais.

7 – Cláusula de desempenho ou de barreira, quer dizer, exigir dos partidos um número mínimo de votos em âmbito nacional e em certo número de Estados para lhes assegurar plena representação no Congresso, acesso ao Fundo Partidário e ao horário gratuito na TV

8 – Manter o prazo de um ano com relação ao prazo de filiação partidária;

9 – Campanha de rádio e tv sem cenas externas e apenas com a presença do candidato;

10 – Possibilidade de membro do Ministério Público ser eleito para qualquer mandato político.

11 – Fim do voto obrigatório.

Ao ensejo, envio protestos de consideração e apreço, desejando-lhe sucesso em sua vida.

**RÉGIS ROGÉRIO VICENTE SARTORI**

**Promotor de Justiça**



Caríssimo Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto,

Considerando o teor do Informativo nº 01/2015 veiculado pela Coordenadoria das Promotorias Eleitorais do Ministério Público do Estado do Paraná, no qual se noticiou a execução do projeto Câmara Itinerante, que promoveu a realização de audiência pública no dia 20 de março deste ano na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, discutindo-se as questões relevantes à reforma política e o pacto federativo.

A partir disso, criou-se no âmbito da Assembleia Legislativa a Comissão sobre a Reforma Política, de Relatoria de V.Exa, que recepcionará as propostas oferecidas pelos paranaenses e irá encaminhá-las para a Câmara Federal.

Para fomentar as discussões sobre as propostas de reforma política, ao Ministério Público também foi assegurada a participação de seus membros pelo encaminhamento de suas sugestões a V.Exa, relator da Comissão estadual, ou à Presidência da Câmara dos Deputados.

Assim consideradas as informações acima expostas, acredito serem de incomensurável importância a discussão dos seguintes temas: fim do cargo de suplente de senador; fim da possibilidade de nomeação de conselheiros nas estatais; fim do voto obrigatório; fim do voto de legenda; fim da reeleição para os cargos majoritários; mandato de 5 anos e criação de fundo de financiamento de campanha com possibilidade de doação por pessoas físicas e jurídicas, obedecendo certas limitações.

Acerca do cargo de suplente de senador, verifica-se a problemática que envolve nas circunstâncias em que um senador não conclui seu mandato, permitindo que o suplente – que não foi votado – passe a exercer suas funções até a realização de novas eleições.

Toma-se como reprovável a manobra política utilizada para que se elejam candidatos a senador os quais não possuem, desde logo, o interesse em cumprir seus mandatos com plenitude.

Assim, o suplente, em realidade, passa a ser o candidato que efetivamente irá exercer a vontade política de seu partido e da unidade da federação de onde é oriundo.

No entanto, é de se destacar que opção feita pelo eleitorado por oportunidade das eleições analisa e seleciona uma pessoa em específico para gerir e concretizar os anseios dos cidadãos do estado.

Destarte, nota-se que um sujeito estranho ao conhecimento da população acaba por ocupar um cargo inicialmente escolhido para que outra pessoa exercesse.

A possibilidade de nomeação de conselheiros nas estatais também já se provou como uma prerrogativa difícil de sustentar sua viabilidade e a sua moralidade considerando os tempos atuais.

Em um cenário político no qual os cofres públicos são exauridos até limites perigosos, observa-se alcançamos o patamar em que não é vislumbrada a imprescindibilidade da presença de conselheiros nomeados nas estatais.

Assinala-se que é corriqueira a nomeação de conselheiros que também ocupam cargos dentro do Poder Executivo. É indubitável que sejam levantados questionamentos acerca da confluência de interesses. Em notícia veiculada pelo portal a Universidade de Brasília<sup>1</sup>, o cientista política Leonardo Barreto emite o seguinte posicionamento:

Essa proximidade entre o Executivo e o conselho das estatais leva a uma relação dúbia de interesses", afirma o cientista político da Universidade de Brasília (UnB), Leonardo Barreto. De acordo com ele, essa modalidade de comando das empresas estatais e paraestatais, em que os conselheiros são também membros do governo, limita a independência na capacidade de decidir dos

<sup>1</sup>

Disponível em:  
<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=83107>



administradores. "A representação não cumpre a sua real função. Há uma sobreposição de cargos. É o rato vigiando o queijo. Fica a tradição de não aceitar compartilhar o poder", afirma Barreto, que lembra ainda do problema moral de se "engordar o salário" do funcionário comissionado com cargos dentro desses conselhos.

Em relação ao fim do voto obrigatório, citam-se os ensinamentos contidos no estudo denominado "Vantagens e Desvantagens do Voto Obrigatório e do Voto Facultativo", elaborado por Paulo Henrique Soares.

Primeiramente, o autor explana que o voto pode ser visto como um direito, e não como um dever. Portanto, "o voto facultativo significa a plena aplicação do direito ou da liberdade de expressão".

O autor também pontua que o voto representaria um direito subjetivo do cidadão, o qual sopesa tanto a possibilidade de votar de acordo com as suas convicções, quanto a faculdade de não votar e não sofrer sanções institucionais por isso.

Soares salienta que a experiência democrática obtida quando o voto é facultativo não é fragilizada, uma vez que países que adotam tais regras em seus sistemas eleitorais permanecem evoluindo a vontade política do eleitorado.

Discorre-se também em "Vantagens e Desvantagens do Voto Obrigatório e do Voto Facultativo" que o voto não obrigatório favorece a consolidação de uma mentalidade analítica e consciente acerca das opções que são feitas em urna. Diz o autor:

O eleitor que comparece às urnas contra a vontade, apenas para fugir às sanções previstas pela lei, não está praticando um ato de consciência; nesse caso, ele tenderá muitas vezes a votar no primeiro nome que lhe sugerirem, votando em um candidato que não conhece

(fato que estimula a cabala de votos na boca das urnas, promovida pela mobilização de aliciadores de votos que o poder econômico propicia), ou a votar em branco, ou, ainda, a anular o seu voto.

Quanto ao fim do voto de legenda, no qual o voto do eleitor não é direcionado a um candidato específico, mas a um candidato que componha a legenda, ressalta-se que por intermédio desta permissão, efeitos que se assemelham à ocupação do cargo do senador eleito por seu suplente são evidenciados.

Com o massivo direcionamento de votos para um candidato, é possível eleger da mesma legenda um candidato muito menos votado. Este candidato menos votado pode ter pouco, ou quase nenhum, reconhecimento por partes dos eleitores de todo o estado.

Sobre o fim da reeleição para cargos majoritários, é de comum acordo que se compreenda que a rotatividade para essas ocupações é algo desejável para que aspirações de diversos grupos sociais sejam acolhidas conforme o decorrer do tempo.

Nesse sentido, também é apetecível que o mandato passe a durar por um período de 5 (cinco) anos, concedendo maior prazo para que os planos de governo sejam materializados, sem que o projeto de reeleição sirva como um pretexto para cumprir as promessas feitas em momentos pretéritos.

Por último, a criação de fundo de financiamento de campanha, com possibilidade de doação por pessoas físicas e jurídicas, é medida que se vê adequada para corrigir as disparidades geradas pelo atual sistema.

O estudo denominado "Financiamento de Campanhas: Problemas do Modelo Atual E Opções Legislativas"<sup>2</sup> ao revelar os problemas

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/2014\\_3.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema3/2014_3.pdf)



localizados no modelo vigente explica que os gastos eleitorais crescem de forma exponencial, seja por um aumento dos gastos declarados, como pelo desenvolvimento de novas técnicas de campanha e pelo acréscimo da competitividade entre os candidatos e pela quebra do princípio da igualdade, já que os ocupantes de cargos políticos ou ainda os melhores posicionados nas pesquisas eleitorais conseguem captar facilmente mais recursos.

Ana Luiza Backes e Luiz Henrique Vogel, autores do estudo, também sublinham o fato de as campanhas eleitorais no Brasil serem intensamente financiadas por pessoas jurídicas de alto impacto econômico. Essas pessoas jurídicas detêm, por consequência, um poder diferenciado na disputa, pois selecionarão quais os candidatos receberão os recursos – candidatos esses que provavelmente demonstrarão melhores desempenhos durante a campanha.

Esclarecem ainda:

“Vale registrar ainda um outro aspecto: a maior parte das pessoas jurídicas que doa recursos para as campanhas eleitorais atua nos ramos da atividade econômica que realiza contratos com o poder público ou são regulamentados por atos dos Poderes Executivo e Legislativo. Abre-se assim um espaço para que seus interesses tenham tratamento privilegiado nessas esferas por parte dos eleitos, em detrimento do interesse público”.

Também, seria interessante que a Reforma Política albergasse novo sistema de escolha dos ministros do STF, para que a seleção fosse feita diretamente pela Suprema Corte que formaria lista sêxtupla – sendo vedada a inscrição de pessoas vinculadas a partidos políticos - a ser encaminhada ao Presidente da República, quem continuaria incumbido do mister da indicação que seria submetida ao Senado Federal.

O sistema proposto sem dúvida traria mais racionalidade na indicação e um aumento de credibilidade ao Judiciário, o qual passa por crise de confiança perante a Sociedade, justamente porque com a manutenção no poder por um mesmo partido, por sucessivos mandatos, faz transparecer que as indicações possuam um viés político e subjetivo.

Na esperança de que as discussões se mostrem profícuas e aprofundadas, trazendo inúmeros benefícios para o cenário político brasileiro e, por conseguinte, para a sociedade,

Curitiba, 30 de março de 2015.

**Terezinha de Jesus Souza Signorini**

***Procuradora de Justiça***



## Fwd: Informativo 01/2015 - Sugestões Para a Pauta da Reforma Política

De: GUILHERME FRANÇA E SILVA  
Para: contato@anibell.com.br  
Cópia:  
Assunto: Fwd: Informativo 01/2015 - Sugestões Para a Pauta da Reforma Política  
Data: 25/03/2015 13:58

Boa Tarde,

Encaminho o presente e-mail com as contribuições do Promotor de Justiça Eduardo Augusto Salomão Cambi acerca das propostas de pauta para o projeto da reforma política.

Att.  
Guilherme França e Silva  
Assessor Jurídico  
Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais

----- Mensagem encaminhada -----

De: EDUARDO AUGUSTO SALOMAO CAMBI <eacambi@mppr.mp.br>  
Data: 25 de março de 2015 11:36  
Assunto: Re: Informativo 01/2015 - Sugestões Para a Pauta da Reforma Política  
Para: COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ELEITORAIS <eleitorais@mppr.mp.br>

Dr. Armando, Penso ser de fundamental importância a criminalização do caixa dois, com penas altas (ou pelo menos compatíveis com a dos crimes graves contra a Administração Pública), reformar o código eleitoral na parte penal com aumento de penas, novas normas para evitar a prescrição da pretensão punitiva, regras mais rígidas para a prestação de contas, inclusive com disponibilização on line, punição aos partidos políticos que receberem doações ilegais e até mesmo pensar na responsabilidade civil e administrativa objetiva dos dirigentes desses partidos que receberam recursos ilegais, cláusulas de barreira para reduzir o número de partidos políticos, exigência de nível de educação mínima para se candidatar e, inclusive, a imprescindibilidade de fazer um curso básico e periódico (como ocorre com a renovação da OAB) sobre a estrutura do Estado, orçamento e políticas públicas, dentre outros temas, maior controle das atividades dos cargos comissionados dos agentes políticos Com a impossibilidade de cumular qualquer outra atividade remunerada ou ser sócio de empresas. Abraço, Eduardo Cambi  
Em 24/03/2015 16:32, "COORDENADORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ELEITORAIS" <eleitorais@mppr.mp.br> escreveu:

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Procurador(a), Promotor(a) de Justiça,

A pedido do Dr. Armando Antonio Sobreiro Neto, estamos encaminhando o presente e-mail, com o informativo nº 01/2015 anexo, de forma a possibilitar a participação de todos os Membros do Ministério Público do Estado do Paraná, através do envio de suas propostas e contribuições acerca do tema da "Reforma Política e Pacto Federativo" diretamente à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

Atenciosamente,  
Coordenadoria das Promotorias de Justiça Eleitorais

[Imprimir](#)[Fechar](#)

De: **gabinete@marciopacheco.net.br**

Enviada: quinta-feira, 14 de maio de 2015 15:36:25

Para: **kenny\_eda@hotmail.com**

8 anexos

image003.jpg (18,7 KB) , image005.jpg (16,0 KB) , image007.png (18,3 KB) ,  
image010.jpg (6,0 KB) , image011.jpg (3,1 KB) , image012.jpg (2,7 KB) ,  
image013.jpg (3,2 KB) , Mensagem Encaminhada.eml (115,6 KB)

--Anexo de Mensagem Encaminhado--

From: **caciopar@caciopar.org.br**

To: **gabinete@marciopacheco.net.br; eloir.posser@hotmail.com**

Subject: Ofício da Caciopar ao Deputado Estadual Marcio Pacheco

Date: Thu, 14 May 2015 14:20:51 -0300

Cascavel, 14 de maio de 2015.

Ofício nº 143/2015

### **Excelentíssimo Senhor Marcio Pacheco, Deputado Estadual:**

A Caciopar, como uma das 12 coordenadorias da Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná), participa ativamente do Movimento Brasil Mostra Sua Garra, oficialmente lançado em 21 de março em cidades do Paraná. Cinco eixos dão sustentação à ação: ética, justiça, respeito, transparência e responsabilidade.

Um dos consensos é que cada coordenadoria, por meio de debate entre suas entidades, empresários e diretores, escolhesse um tema em específico e que considera mais urgente para o início de profundas transformações sociais e econômicas no Brasil.

A Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, que representa 47 entidades, entende como emergencial a reforma política – também defende a administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista. Depois de debates e



de aprovação em plenário, a Caciopar elenca quatro pontos que são consenso regional entre integrantes do setor produtivo.

São eles: fim da reeleição, unificação das eleições, mandato de cinco anos para todos os eleitos (inclusive para senadores) e uma única reeleição para eleitos a cargos legislativos. A Caciopar entende que esse é o primeiro passo, desde que essas e outras propostas sejam aprovadas e colocadas em prática, para recolocar o País nos trilhos do desenvolvimento, do respeito mútuo e da prosperidade. Contamos com seu apoio para inserção das sugestões acima no relatório da ALEP ao Congresso Nacional.

Obrigada e aguardamos retorno quanto aos encaminhamentos.

Cordialmente,

Sergio Antonio Marcucci

Presidente

Leoveraldo Curtarelli de Oliveira

Vice Presidente

Rosane Schulz Ferreira

Secretária Executiva CACIOPAR

( Telefone: (45)3321-1449

Celular (Tim): 45 9950-2865

Skype: caciopar.caciopar

+ E-mail: [caciopar@caciopar.org.br](mailto:caciopar@caciopar.org.br)

[www.caciopar.org.br](http://www.caciopar.org.br)





# ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Curitiba, 30 de abril de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor

**ANIBELLI NETO**

Presidente da Comissão Especial da Reforma Política

## REFORMA POLÍTICA – PARTIDÁRIA / ELEITORAL

Diante da situação que vive o País, cientes da importância em participar, na busca das melhores definições aos destinos de nossa gente, esperamos sejam adotadas providências que nos retirem deste estado de graves perspectivas e nos conduzam a concretização do BRASIL QUE QUEREMOS.

Embora o momento exija definições mais profundas para uma Reforma Política ampla em todos os sentidos que lhes são próprios, e não apenas reformas no sentido eleitoral e de estruturas partidárias, entendendo que elas também são indispensáveis à vivência democrática, cientes de suas responsabilidades cívicas e da liderança que exercem, as entidades adiante subscritas levam à consideração dos parlamentares, dirigentes partidários e opinião pública nacional, pontos que defendem sobre os temas propostos, esperando contribuir para o avanço, aprimoramento político e fortalecimento da democracia em nosso país.

1. Fidelidade Partidária – Defendemos a fidelidade partidária como forma de aperfeiçoar o sistema de representação política, promover o fortalecimento dos partidos políticos, melhor ordenar a discussão parlamentar e obter maior eficiência e eficácia no processo legislativo. Assim, os partidos políticos passam a coordenar a ação parlamentar com efetiva autoridade, podendo subordinar os detentores dos mandatos às diretrizes maiores da corrente de pensamento político que representam; naturalmente, observado um procedimento regular de estabelecimento destas diretrizes. O parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito automaticamente perderia o mandato, exceto nos casos de incorporação ou fusão de legendas. Necessário considerar que os eleitos obtêm os seus mandatos em razão dos votos dados



ao partido, somados os votos de todos os seus candidatos, do que resulta a obtenção de legendas que resultarão na conquista de cadeiras no Parlamento. Fundamentalmente, estar-se-ia respeitando a vontade do eleitor; não apenas as condições e qualidades pessoais que influenciam na escolha do candidato, mas a corrente de ideias políticas a que ele está filiado. Espera-se, em decorrência, que também os critérios e os fatores determinantes para a criação de novos partidos passem a ser mais rigorosos e ideológicos e não meramente pessoais.

2. Cláusulas de Desempenho – Embora acreditarmos que os partidos políticos são indispensáveis à democracia e aos sistemas e governos representativos, reivindicamos a adoção de cláusulas de desempenho para que eles possam ter representação nas casas legislativas. Não se pretende diminuir o pluralismo político; pretende-se aprimorar o debate político, evitando a pulverização excessiva de propostas, para que seja realmente possível a coordenação e a eficaz condução do processo político e legislativo. Os partidos devem ser duradouros, ter um mínimo de organização estável, um quadro definitivo de simpatizantes, obter um percentual mínimo dos votos e outros requisitos necessários para comprovar a sua legitimidade como parcela significativa de opinião política.
3. Voto Distrital Misto – Entendemos que o sistema do voto distrital é mais indicado para o exercício democrático, de soberania popular, através de um sistema de representação mais amplo e equilibrado, que contemple tanto os aspectos geoeconômicos, quanto políticos-proporcionais. O voto distrital aproxima o eleitor do candidato, criando melhores condições de representatividade e de fiscalização da atuação do político eleito. A democracia pressupõe a ligação mais direta entre os representantes e os representados, um conhecimento e um convívio mais próximo. Defendemos o voto distrital misto. Assim, acreditamos que a representação das minorias será preservada, como igualmente estará assegurada a contribuição de políticos ilustres e notáveis em todo o processo legislativo, devendo a eleição proporcional se dar através de listas partidárias e do voto em legenda. No sistema misto que propomos, o eleitor terá direito a dois votos desvinculados: (i) o primeiro será dado ao candidato do seu distrito; e (ii) o segundo na legenda do partido de sua preferência.





4. Voto Facultativo – Defendendo e acreditando na livre iniciativa e da liberdade de expressão, mantemos coerência ao defender o voto facultativo. O fim da obrigatoriedade do voto é uma proposta que tem por fundamento o fato de que o voto, antes de constituir-se em um dever, é um direito constitucional. Ainda que a participação política seja um dever, o cidadão deve ter a liberdade de participar ou não do processo eleitoral. Isso amplia a responsabilidade dos partidos políticos e dos candidatos na apresentação de propostas e compromissos compatíveis com as necessidades e anseios dos eleitores. Acreditamos que o voto facultativo provocará maior engajamento dos próprios eleitores no processo de escolha de seus representantes e dirigentes.
5. Financiamento de Campanha - Os partidos e candidatos devem ter meios de fazer campanha para serem conhecidos da sociedade e apresentem suas ideias e propostas. O financiamento particular pode e deve permanecer, seja mediante contribuição de pessoa física ou jurídica, contudo limitado, regulamentado, transparente e controlado. Não se deve impedir que setores legalmente organizados da sociedade possam imprimir esforços, inclusive financeiros, para ver propagadas propostas do seu legítimo e justo interesse. Se as propostas vão ser aprovadas ou não dependerá da aceitação pelo eleitor. É preferível um sistema regulamentado de financiamento, do que ajudas desconhecidas. O financiamento público deve ser mínimo e concedido somente a quem comprovadamente não disponha de recursos financeiros para desenvolver a sua campanha.

Atenciosamente.

Antonio Miguel Espolador Neto  
Presidente

Jonel Cheder  
Presidente do Movimento Pró-Paraná

Sinval Zaidan Lobato Machado  
Vice-presidente

